



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 481/2012

Regulamenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, baseado no modelo internacional D.A.R.E (*Drug Abuse Resistance Education*), a ser desenvolvido na rede de ensino público e privado do Estado do Paraná e em entidades interestaduais, bem como em forma de orientação para pais, mediante realização de ações preventivas e cooperativas entre a Polícia Militar e demais entes envolvidos com o programa.

Parágrafo único. A metodologia utilizada para desenvolvimento do PROERD poderá ser dirigida a séries do ensino fundamental e séries do ensino médio, com planejamento adequado à idade, a ser regulamentado pela Polícia Militar.

Art. 2º O PROERD será organizado e gerenciado exclusivamente pela Polícia Militar do Estado do Paraná, constituindo-se em tema social e contemporâneo e tema transversal, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional e os parâmetros nacionais, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º O programa terá como ação preponderante a educação preventiva primária sobre drogas através da ação didático/pedagógica baseada nas seguintes diretrizes:

I – formação da figura do educador social através do efetivo da Polícia Militar composto por policiais militares formados na categoria de instrutores, mentores e facilitadores do PROERD;

II – desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania;

III – desenvolvimento de atividades e administração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes da rede pública e privada de ensino do Paraná;

IV – desenvolvimento de programa de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas, destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental da pessoa;

V – desenvolvimento de atividades e aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes do uso/abuso de drogas ou da dependência química, bem como da criminalidade decorrente, direta ou indiretamente, do consumo de drogas;

VI – orientação das crianças, adolescentes e familiares acerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas lícitas e ilícitas;

VII – desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, através da formação de equipes para aplicação de palestras à comunidade e cursos de formação, que atenderá à política da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo único. As atividades inseridas nos incisos deste artigo poderão ser direcionadas à capacitação dos pais dos alunos da rede de ensino público e privado, com a aplicação de metodologia específica para adultos.

Art. 4º A Polícia Militar, para implementação do PROERD, fica autorizada a celebrar convênios, termos de cooperação técnica, entre outros meios de parceria, que terão como objetivo primordial a destinação de recursos, custeio e investimento para divulgação, operacionalização das ações e aquisição de material didático.

Art. 5º A Polícia Militar, para implementação do PROERD, poderá receber recursos de custeio próprios para o desenvolvimento essencial de suas atividades, o que será objeto de regulamentação pela Corporação.

Parágrafo único. Os recursos tratados no art. 4º desta Lei poderão ser direcionados ao PROERD na respectiva Lei Orçamentária, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, através de orçamento previsto para a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

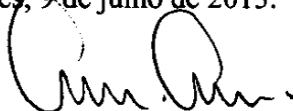
Art. 6º O quadro de efetivos da Polícia Militar, que comporá e desenvolverá o PROERD, será constituído de servidores militares estaduais, ativos e inativos, integrantes da Corporação.

Parágrafo único. A participação do efetivo no PROERD é matéria a ser regulamentada pela Polícia Militar, atendendo-se à finalidade de garantir a execução das ações estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 541/2012

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de São Damião – APROSDAM, com sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de São Damião – APROSDAM, com sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.

Relator

Assinatura manuscrita adicional.

Assinatura manuscrita adicional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 155/2013


Altera a Lei Estadual nº 15.328, de 2006, que declara de Utilidade Pública o Instituto Tibagi de Escolas Técnicas – ETTIBAGI, com sede e foro no Município de Curitiba.



Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.328, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Tibagi, com sede e foro no Município de Curitiba”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente

 
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 192/2013



Concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dom Alfredo Ernest Novak, CSsR, Bispo Emérito de Paranaguá.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dom Alfredo Ernest Novak, CSsR, Bispo Emérito de Paranaguá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 220/2013

Declara de Utilidade Pública o
Clube Dataro de Ciclismo – CDC,
com sede e foro no Município de
Foz do Iguaçu.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Clube Dataro de Ciclismo – CDC, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.

Relator

Assinatura manuscrita adicional, possivelmente de um membro da comissão.

Assinatura manuscrita adicional, possivelmente de um membro da comissão.

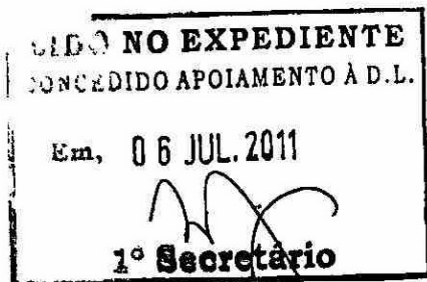


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch

D. L.

Fls. 02

Projeto de Lei nº 560/11



Súmula: Declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos “Estrela do Oeste”, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Idosos “Estrela do Oeste”, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 2º. Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em

Elio Rusch

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch

D. L.

Fls. 3

JUSTIFICATIVA

Honrosamente submeto à apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública o Clube de Idosos "Estrela do Oeste", com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Trata-se de entidade filantrópica de direito privado, de natureza promocional e assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração social dos idosos, realizando campanhas, eventos e promoções em benefício do clube a fim de desenvolver programas e projetos sociais.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, bem como o cumprimento de todos os requisitos para a concessão da condição de entidade de utilidade pública, inclusive a apresentação de documentação completa, é que conclamo aos ilustres pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.


Elio Rusch

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 560/2011

Projeto de Lei nº. 560/2011
Autor: Deputado Elio Rusch

Súmula: *Declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos "Estrela do Oeste", com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.*

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

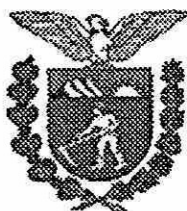
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Clube de Idosos "Estrela do Oeste", com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.

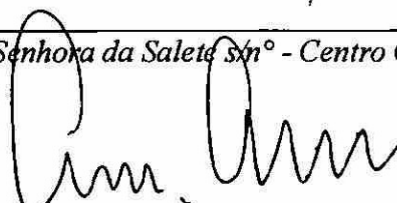

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

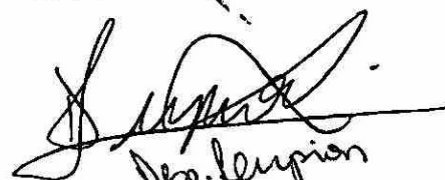

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saletе s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02/07/13


Dep. CUR1

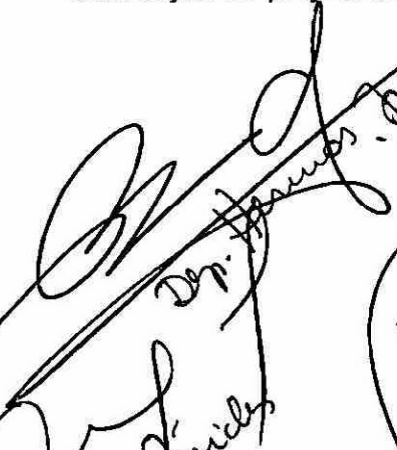

Dep. Leupion


Dep. P. Carlson


Dep. Turini


Dep. Peniche


Dep. Walter


Dep. Francisco



PROJETO DE LEI 231/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Ubatã.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Ubatã, do Lote de Terras nº B-1-F-31, Remanescente-1, com área de 3.284,75 m², Matrícula nº 18.330, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubatã.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

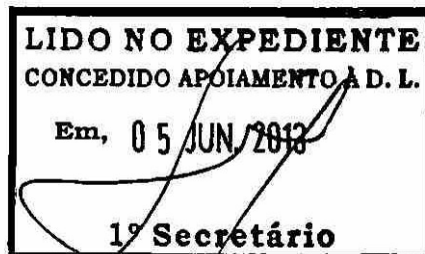
Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de junho de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 053/2013

Curitiba, 04 de junho de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 05/06/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ubatã, do Lote de Terras nº B-1-F-31, Remanescente-1, com área de 3.284,75 m², Matrícula nº 18.330, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubatã.

A presente proposta atende plenamente aos interesses públicos eis que, no referido imóvel, o referido município pretende construir uma escola municipal.

Por último, vale mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o serviço público municipal, que retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel e a construção da referida escola, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.132.692-4



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 231/2013

Projeto de Lei nº 231/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 53/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Ubatã.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE UBATÃ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 53/2013, visa efetuar a Doação ao Município de Ubatã, do imóvel Lote de Terras nº B-1-F-31, Remanescente-1, com área de 3.284,75m², Matrícula nº 18.330, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubatã, para o fim de serviço público municipal, imóvel este de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná 9



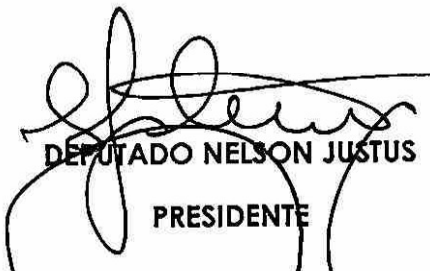
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Celso


Dep. Hermes Jr.


Dep. Carlos


Dep. Bernardo


Dep. Traiano


Dep. Turiani


Dep. Carlos

APROVADO

11/06/13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 231/2013

Projeto de Lei nº 231/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 053/2013

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a
doação do imóvel que especifica ao Município
de Ubitatã.**

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 231/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 053/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Ubitatã no Estado do Paraná, da área constituída de 3.284,75 m², conforme descrito na matrícula nº 18.330 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ubitatã-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 231/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Ubitatã no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Interesse Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para a construção de uma Escola que atenderá de forma direta aos interesses dos moradores daquela localidade. Esta será uma edificação por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma clara o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade educacional já desenvolvida, tornando-se uma ação em prol da continuidade de um crescimento regionalizado e pela educação de forma pública e específica.

Cumpramos a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.



Conforme cita a relevante competência do Estado em seu Artigo 165 da Constituição Estadual, no qual julga o dever de todos em prezar pela Educação e o Bem estar da população:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

(Artigo 165 da Constituição do Estado do Paraná – Título VI, Capítulo I - Seção I das Disposições Gerais – grifo nosso)

Analizando desta forma o mérito em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 231/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 053/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum, em razão de seu interesse de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 231/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Ubitatã, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 231/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 24 de junho de 2013.

Teruo Kato

Jonas Guimarães

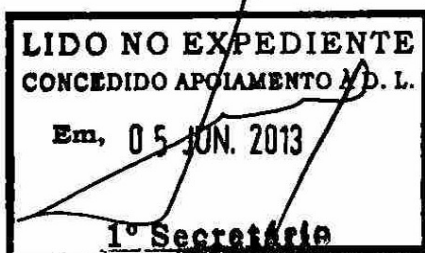
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

TERCÍLIO TURINI
Relator

Pastor Edson Praczyk
Elton Welter



PROJETO DE LEI Nº 236/13



Declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Ginástica, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Ginástica, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de junho de 2013.


NEY LEPREVOST

Deputado Estadual



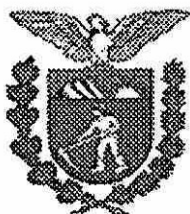
JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em questão tem por escopo declarar a Utilidade Pública a **Federação Paranaense de Ginástica**, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A Federação, entidade sem fins lucrativos, fundada em 21 de junho de 1974, tem como principal objetivo desenvolver a prática da Ginástica, nas modalidades de ginástica rítmica, artística masculina e feminina, em todo território estadual.

De importante atuação no cenário nacional, a Federação Paranaense de Ginástica ajudou a revelar grandes nomes do esporte, inclusive os integrantes da seleção brasileira de ginástica artística feminina.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 236/2013

Projeto de Lei nº. 236/2013
Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Ginástica, com sede e foro no Município de Curitiba.*

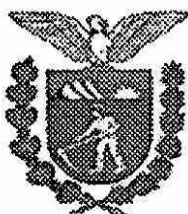
EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual da **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE GINÁSTICA**, com sede e foro no Município de Curitiba.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

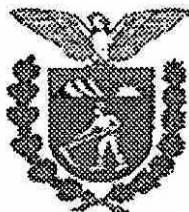
Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também se encontram devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Nossa Senhora da Saleté s/n
Dep. Alexandre C.

[Handwritten signature]

Dr. P. H. Johnson